

ESPELHO DE PROVA (GABARITO)

QUESTÃO 1: Direito Constitucional (50,00 pontos)

A resposta deve ser apresentada em texto dissertativo, avaliando-se a capacidade de síntese e clareza.

- **Tópico 1: Conceito e Dimensões (20,00 pontos)**
 - **Conceito:** Direitos fundamentais são prerrogativas jurídicas essenciais à dignidade humana e à limitação do poder estatal.
 - **Exemplos:** Vida, liberdade, igualdade, propriedade, segurança, educação ou saúde (Art. 5º e 6º da CF/88).
 - **1ª Dimensão (Liberdade):** Direitos civis e políticos; exigem uma omissão (abstenção) do Estado.
 - **2ª Dimensão (Igualdade):** Direitos sociais, econômicos e culturais; exigem prestações positivas (ação) do Estado.
- **Tópico 2: Inviolabilidade do Domicílio (15,00 pontos)**
 - **Regra Geral:** A casa é asilo inviolável; ninguém pode nela penetrar sem consentimento do morador.
 - **Exceções:** Flagrante delito, desastre, prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial.
- **Tópico 3: Devido Processo Legal (15,00 pontos)**
 - O candidato deve argumentar que o *Due Process of Law* (Art. 5º, LIV) garante que ninguém será privado da liberdade ou bens sem o procedimento legal estabelecido, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

QUESTÃO 2: Mandado de Segurança e Atuação da PFN (50,00 pontos)

A questão avalia a compreensão do rito especial e a função de controle de legalidade da PFN.

- **Tópico 1: Definição e Fundamentos (15,00 pontos)**
 - **Conceito:** Remédio constitucional para proteger direito líquido e certo contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
 - **Fundamento:** Art. 5º, LXIX da CF/88 e Lei nº 12.016/2009.
- **Tópico 2: Prova Pré-constituída (15,00 pontos)**
 - O rito do MS é célere e não admite dilação probatória. O candidato deve explicar que todos os fatos alegados (como o pagamento da dívida no caso hipotético) devem ser provados documentalmente no momento da impetração.
- **Tópico 3: Cabimento em Matéria Tributária (20,00 pontos)**
 - **Resposta:** Sim, é cabível.
 - **Justificativa:** O MS é amplamente utilizado em matéria tributária para atacar atos de autoridade (como a inscrição indevida em dívida ativa mencionada no texto de Ricardo Alexandre) que firam direito líquido e certo do contribuinte, especialmente para fins de suspensão de exigibilidade de créditos tributários e obtenção de CND.